

Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais

Reflections on the use of participatory methods as an work instrument for rural communities

RESUMO

Este texto tem por objetivo refletir sobre o uso de técnicas de pesquisa qualitativas em comunidades rurais. Além disso, pretende apontar o uso dessas ferramentas em consonância com a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que propõe uma educação dialógica como base para essa nova extensão rural. Para isso, será apresentado o resultado de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) no Assentamento Vereda I com 70 famílias, localizado no município de Padre Bernardo-GO. Para a realização do estudo, formou-se uma equipe composta por um extensionista, um sociólogo, uma economista doméstica, uma veterinária e uma agrônoma. Destaca-se que a formação de uma equipe multidisciplinar foi importante para que o conhecimento de diversas áreas pudesse facilitar o diálogo com os assentados. Os resultados obtidos mostraram que, ao trabalhar com a realidade local, utilizando ferramentas participativas, elas podem contribuir como instrumentos de compreensão das comunidades rurais, por meio de diálogo entre os técnicos e os agricultores.

Palavras-chave: PNATER. Extensionista. Assentamentos rurais. Diagnóstico participativo.

ABSTRACT

This paper aims to observe the use of qualitative research techniques in rural communities. Furthermore, we intend to point out the use of these tools in consonance with the new Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural PNATER (National Politic of Technical Assistance and Rural Extension), which based this new rural extension on a dialogical education. We will presente the result of a Participatory Rapid Appraisal (DRP) in the settlement Vereda I, which has 70 families and is located in the municipality of Padre Bernardo, in the Goiás State. The research formed a team of an extension student, a sociologist, a domestic economist, an agronomist and a veterinarian. We observe that a multidisciplinary team was important

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (marcelo.romarco@ufv.br).

because the knowledge of several areas facilitated the dialogue with the settlers. The results showed that the participatory tools this area can contribute to understand the rural reality through dialogue between the technicians and the communities.

Keywords: PNATER. Extension. Rural settlements. Participatory diagnosis.

INTRODUÇÃO

O modelo de extensão rural difundido e preconizado no Brasil, principalmente, no período da Revolução Verde e/ou modernização da agricultura, desencadeada no final da década de 1960, tinha como objetivos principais o difusionismo, fundamentado na persuasão dos agricultores para o consumo de novas tecnologias, modificando os hábitos, habilidades e atitudes dos agricultores da época. Um slogan muito utilizado no período previa a seguinte afirmação: “de usuários de tecnologia tradicional a usuário de tecnologias modernas”.

Nessa perspectiva, a extensão rural era vista apenas como transferência de tecnologia. As inovações eram difundidas como forma de transmissão de qualquer informação, desconsiderando a relação entre seus aspectos técnicos, econômicos, sociais, culturais e políticos. (FERNANDES; BOTELHO, 2006).

Esse modelo de extensão implantado pelo sistema institucional ficou conhecido como Modelo de Everett Rogers ou Paradigma Rogeriano da Difusão das Teorias de Inovações. Desse modo, a formação da extensão rural não considerava os saberes tradicionais dos agricultores atendidos e muito menos as condições sociais, culturais, econômicas e políticas em disputa.

Esses técnicos costumavam adotar uma postura etnocêntrica, centrada em um ideal modernizante que desconsiderava os valores e saberes locais, em que os agricultores eram vistos meramente como receptores passivos das inovações e que, portanto, precisavam ser modernizados (COELHO, 2005). Evidentemente, essa postura não contribuía para a autonomia política e econômica das comunidades assistidas, pois os agricultores não se sentiam partícipes do processo de construção fornecida pelos extensionistas rurais.

Essa visão etnocêntrica da extensão rural fez com que diversos pesquisadores, técnicos e extensionistas refletissem sobre as possibilidades da construção de caminhos que fossem alicerçados em outra visão, considerando, então, as particularidades, o diálogo e o conhecimento de cada grupo assistido.

Assim, a partir de 2003, surge uma proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com parâmetros voltados para o desenvolvimento de um mecanismo alternativo, preocupado com uma construção compartilhada e, conseqüentemente, com a inclusão da problemática socioambiental e de novas temáticas, como metodologias participativas, políticas públicas de fortalecimento de agricultura familiar, relação de gênero e agroecologia (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Essa discussão, iniciada em 2003, vai culminar com a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), promulgada pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Essa política propõe uma educação dialógica compreendida como base dessa nova extensão rural. Nesse sentido, a nova lei de ATER preconiza que o profissional de extensão rural precisa ter conhecimento e habilidades dentro de uma proposta metodológica que vise à busca de uma forma de trabalho mais participativa, em um contexto de ações educativas comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável das comunidades.

Assim sendo, o uso de metodologias participativas, como o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), pode se constituir em uma importante ferramenta na construção desse diálogo entre extensionistas e agricultores.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo trazer uma experiência sobre o uso de metodologias participativas, sobretudo o uso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) junto a comunidades rurais. Para isso, foi realizada uma pesquisa em assentamentos rurais localizados no município de Padre Bernardo, estado de Goiás, na região do entorno do Distrito Federal, Brasil, entre os anos de 2001 e 2006. O trabalho nesses assentamentos buscou colocar em curso um processo educativo de articulação que possibilitou aos assentados exercerem a cidadania, por meio da participação, contribuindo para que partilhassem do direcionamento do desenvolvimento dos

assentamentos.

Portanto, a intenção deste estudo é mostrar que a utilização de técnicas de pesquisa, qualitativa e participativa, pode se constituir em instrumentos importantes para o levantamento de dados e informações, propiciando aos extensionistas envolvidos um melhor conhecimento das comunidades rurais atendidas. De fato, as técnicas de pesquisa aqui referidas podem ser uma importante ferramenta dialógica entre extensionista e comunidade, como preconiza a nova PNATER.

Destarte, o uso dessas ferramentas pode contribuir no sentido de o extensionista conhecer melhor a comunidade em que irá trabalhar, contribuindo para o desenvolvimento desse lugar, auxiliando na identificação dos problemas e objetivos e nos caminhos para resolvê-los. Além disso, essa forma de atuação permite que os atores sociais envolvidos tenham um papel importante no direcionamento de suas demandas. Nessa perspectiva, é possível afirmar que o uso dessas ferramentas pode ser encarado como uma forma de romper com a ideia difusionista tradicional de se fazer extensão rural.

Metodologias participativas e o seu uso na extensão rural

Uma das proposições da nova PNATER é a construção de uma postura voltada para a relação dialética e interativa entre agricultores e extensionistas. Nesse caso, a utilização de ferramentas participativas de diagnósticos e planejamento é um caminho para a construção de uma posição educativa, estabelecendo um diálogo entre o conhecimento científico e o senso comum (saber popular) para criar um conhecimento prático esclarecido. Dessa forma, o extensionista poderá atuar como facilitador do desenvolvimento rural, junto às comunidades, além de contribuir para uma postura mais emancipatória dessas comunidades.

Sobre as metodologias participativas na extensão rural, podemos entendê-las como métodos que auxiliam técnicos e extensionistas nos trabalhos com as comunidades; instrumentos de trabalho que podem contribuir para o entendimento das necessidades básicas do indivíduo ou de uma comunidade, levando em conta suas aspirações e potencialidades do conhecer e agir, buscando valorizar seus conhecimentos e sua cultura, e, na medida do possível, incorporá-las

no processo de transmissão de tecnologia e aprendizado.

Nesse sentido, o DRP é um método que, por meio de um conjunto de técnicas de animação, procura incentivar o desenvolvimento autônomo da comunidade, independentemente de possíveis intervenções exteriores, devendo considerar, sobretudo, os aspectos socioeconômicos da realidade local.

Nesse sentido, usando as reflexões de autores como Thiollent (2011), é possível apontar que os processos de intervenção participativos devem contribuir para estimular os agricultores a se organizarem em torno de seus problemas, prioridades e demandas, valorizando suas potencialidades e suas capacidades de organização coletiva. Isso pode ser feito por meio de reuniões, seminários, entrevistas coletivas e aprendizagem conjunta na solução dos problemas identificados. Essa postura pode contribuir para o fortalecimento da capacidade coletiva de decisão e de controle quanto à definição da utilização dos recursos e da fixação das demandas dos agricultores de acordo com as condições sociais, econômicas e do saber tradicional existente (THIOLLENT, 2011).

Assim, o DRP tem trazido significados positivos nos trabalhos de extensão rural, uma vez que passa a contribuir na descoberta do local como um espaço diversificado e heterogêneo, que se propõe a repensar a diversidade de atores existentes e a possibilitar um ambiente privilegiado de mobilização social na construção de cidadania (PEREIRA, 1998).

Nesse sentido, nas últimas décadas, segundo Pereira et al. (2001), várias Ongs e movimentos sociais têm empregado concepções de trabalhos por meio de metodologias participativas, como o DRP, que se orientam e articulam suas relações no âmbito local, procurando garantir o reconhecimento dos valores culturais, do saber e das demandas materiais da comunidade e proporcionando a participação dos atores sociais envolvidos, deflagrando-se em um processo educativo fundamentado na interação do diálogo.

Como dito anteriormente, o DRP é um método constituído por um conjunto de técnicas de animação e dinâmica de grupo que procura estimular a participação e a interação da comunidade com os agentes de desenvolvimento. Essas ferramentas de intervenção de

cunho dialógico e participativo têm como principal característica o envolvimento da comunidade na geração e transformação em usuário direto do conhecimento. Essas abordagens devem ser empregadas buscando formar e potencializar os talentos locais, procurando contribuir para que a sociedade se organize melhor. Esse diálogo pressupõe que estamos constantemente negociando entre os diversos atores cujas ações, vontades e interesses estão presentes direta ou indiretamente no desenvolvimento da comunidade.

O DRP pode contribuir na organização dessas comunidades por meio, principalmente, da recuperação do trabalho em grupo, da organização e do planejamento das atividades coletivas e comunitárias, para o fortalecimento da vida associativa dos atores, tanto no sentido da criação de novas associações como na reorientação das já existentes.

O destaque dessa abordagem é a possibilidade das informações e conhecimentos serem construídos juntos, além de respeitar a pluralidade e as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e os saberes locais. Por isso, a proposta tem que ser construída de forma partilhada com a comunidade, o que nos faz refletir que as comunidades trabalhadas devem ser vistas como um universo em transformação, mais do que como simples clientes ou beneficiários, respeitando, assim, suas naturezas e particularidades.

Nesse sentido, como aponta Delgado (2001), a dimensão do local constitui papel crucial no estabelecimento dessas visões e, como argumentam Alencar e Gomes (1999), sobre a importância de não deixar de se considerar e valorizar o local, os *habitus* ou costumes de determinado grupo, elementos formadores da identidade daquela comunidade ou grupo.

Nessa perspectiva, as metodologias participativas, como o DRP, vêm sendo aplicadas nos últimos anos, principalmente com populações “excluídas” ou em situações de vulnerabilidade, sejam elas urbanas ou rurais, como no caso de trabalhadores em áreas de assentamentos rurais e, também, grupos sociais que se inter-relacionam com a natureza, com os elementos simbólicos, com a cultura, e com os saberes e conhecimentos adquiridos empiricamente e passados de geração em geração.

Assim, para se trabalhar com o DRP, é necessário que o primeiro passo

seja considerar pontos como:

- a. conhecer a realidade para poder contribuir na sua transformação;
- b. conscientizar e compreender a realidade entre os agentes mobilizadores, técnicos e comunidade;
- c. trocar experiências, ideias e conhecimentos entre agentes mobilizadores, técnicos e comunidades, em um clima de participação e respeito mútuo, visando perceber que os indivíduos não são apenas consumidores de conhecimentos, mas também produtores;
- d. participar na produção de conhecimento, de novas orientações e novas formas de organização;
- e. mudar as atitudes tradicionais características de alguns técnicos, agentes mobilizadores e lideranças, de dominadora para construtivista, de fechada para aberta, de individual para grupal e de verbal para visual;
- f. estabelecer um grau de divisão e coordenação de tarefas, de modo que o grupo todo tenha conhecimento das ações e possa tomar decisões;
- g. fazer com que a comunidade seja parte integrante das soluções, ou seja, planeja quem executa, executa quem planeja;
- h. excluir a visão paternalista e assistencialista de muitos mobilizadores;
- i. incentivar a conscientização, o senso de responsabilidade e a valorização dos conhecimentos e da cultura local;
- j. articular a dinâmica local com as problemáticas regional e nacional;
- k. utilizar técnicas de dinâmicas de grupo, buscando estabelecer a comunicação e a cooperação para descobrir a realidade, levantar e priorizar os problemas e formular ações conjuntas;
- l. procurar identificar, por meio de diagnósticos, alguns pontos importantes, como sistema de produção, mercado de trabalho, mercado de terras, mercado de produtos agrícolas, meio

ambiente, políticas públicas, jogo de forças, possíveis parceiros, recursos naturais e ambientais, indústrias, agroindústrias e turismo.

Portanto, é importante observar que, no DRP, a participação é vista como um processo multidimensional que varia de situação para situação em resposta a circunstâncias particulares que podem ser encontradas nos diversos grupos. Essa nova perspectiva tem que considerar a intervenção como um mecanismo de mediação, ou seja, de fazer a ponte.

Assim, esse tipo de intervenção permite focar a percepção e o manejo das comunidades ou grupo de agricultores, possibilitando o conhecimento de maneiras de promover a sustentabilidade e a exploração de determinado recurso natural, privilegiando, de certa maneira, o conhecimento dos grupos em relação ao sistema de produção.

Alguns obstáculos no uso do DRP

Apesar de ser uma ferramenta importante para a construção de diálogo com as comunidades, há uma série de obstáculos que podem contribuir para o fracasso dessa proposta. Entre eles, é possível citar:

- a. interesses pessoais e políticos dos agentes envolvidos no processo, que acabam comprometendo o trabalho;
- b. intervenção assistencialista, por parte dos mobilizadores ou extensionistas, inibindo uma ação emancipadora da comunidade;
- c. falta de compromisso da comunidade, se ela não se sentir envolvida com as próprias soluções de seus problemas;
- d. visão, por parte dos técnicos e dos mobilizadores, que todas as pessoas da comunidade são iguais, pensam iguais e agem iguais;
- e. visão de que a comunidade é alvo, cliente, paciente e não sujeito principal, como autênticos interessados e construtores no processo;
- f. facilidade de receber as coisas dos outros, sem participação na

construção, em uma postura apoiada em clientelismo.

O agente mobilizador e/ou extensionista

Aponta-se que um dos principais problemas que os técnicos que trabalham com extensão rural enfrentam está relacionado, principalmente, com as diferenças existentes entre a aplicação de uma intervenção e a realidade local, já que ela pode apresentar outras demandas não enunciadas em tal intervenção, ou ainda, que possam melhorar a adoção de novas técnicas.

Nesse sentido, as mudanças que os extensionistas propõem se deparam, muitas vezes, com uma realidade social distinta, ou seja, lidam, na prática cotidiana, com uma variedade de costumes, de saberes e valores adquiridos por uma determinada comunidade ou grupo. Por isso, uma das principais características de um extensionista que se propõe a trabalhar a participação é a disponibilidade para ouvir a comunidade antes de falar, assim, como a paciência para compreender as questões que estão sendo levantadas. Nesse espaço de discussão, é importante que seja construída, de forma conjunta, uma interpretação da realidade local.

Desta feita, é salutar que os extensionistas, pesquisadores e outros mediadores tenham como norte a necessidade de compreensão das comunidades as quais trabalham. Na visão de Morin (2007), estamos em um mundo com muita comunicação, agilizada com a revolução tecnológica em curso, no entanto, com pouca compreensão, a comunicação está associada à ideia de transmitir informação, já a compreensão significa um fenômeno que permite entender as pessoas, como sujeitos com valores, costumes e trajetórias.

Assim, o técnico precisa estar atento na construção das relações sociais nesses trabalhos coletivos para que nenhuma sugestão seja descartada durante o trabalho. Para tanto, é necessário avaliá-la por meio de questionamentos do tipo: Como isso pode ser feito? Quem se responsabiliza? O que o grupo acha?, sempre buscando um caráter educativo, pois um dos principais papéis do extensionista é o de mediar, sistematizar, organizar as ideias e apresentar os resultados, lembrando sempre que é a comunidade reunida que será, por fim, o filtro das decisões.

Alencar e Gomes (1999) salientam que, durante uma reunião para levantar prioridades dentro de uma comunidade, provavelmente, o resultado não irá coincidir com aquilo que o agente mobilizador acredita ser o ideal. De acordo com os autores, isso é o normal, pois o processo é participativo e deve abarcar diferentes visões.

É importante deixar claro que o extensionista tem um papel importante no processo. Além de ser o responsável pela animação e pela condução dos trabalhos nas reuniões, deve garantir que todos os membros participem, falem dos problemas, das causas, das consequências e das possíveis soluções.

Ademais, é seu papel discutir, com os membros participantes das reuniões, a quem cabe qual ação, ressaltando sempre a necessidade deles tomarem parte dos processos deliberativos, adquirindo, gradualmente, autonomia decisória com relação às questões e situações enfrentadas.

Enfim essas abordagens metodológicas, como o DRP, têm o intuito de colocar em curso um processo educativo de articulação que possibilite à comunidade exercer a cidadania por meio da participação e do diálogo, pois é imperativa a condição dialógica desses métodos.

MATERIAIS E MÉTODO

Para a utilização dessas ferramentas metodológicas, foi realizado um DRP no assentamento Vereda I, no município de Padre Bernardo, Estado de Goiás. Nesse assentamento, residem cerca de 70 famílias com trajetórias de vida muito semelhantes, ou seja, antes de virem para o assentamento, essas famílias tinham uma trajetória de migração complexa, do campo para a cidade (Brasília) e depois para o assentamento.

O objetivo do trabalho era elaborar o Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA), uma exigência do INCRA, para que os recursos tivessem um destino adequado. Esse projeto se encontra na jurisdição da Superintendência do INCRA do Distrito Federal e Entorno (SR-28). Por isso, optou-se pelo uso do DRP, por acreditar que essa era uma forma de dialogar junto aos assentados e de discutir como seria a melhor forma de alocar os recursos para o assentamento, além de

contribuir para que os problemas da comunidade fossem debatidos junto com os agricultores, buscando caminhos e soluções próximas da realidade do assentamento.

Sobre o diagnóstico participativo, Pereira (1998) argumenta que esse tipo de método surge como possibilidade de intervir de forma planejada na complexidade de uma comunidade rural, além de contribuir para a compreensão das realidades do campo, por meio de diálogos entre os técnicos e as comunidades.

O trabalho de campo no assentamento foi realizado em duas etapas durante o ano de 2001: a primeira, de 12 dias, foi o período de aproximação e de realização do diagnóstico participativo; e na segunda etapa, de uma semana, realizou-se o planejamento participativo. Cabe destacar que a segunda etapa ocorreu dois meses após a primeira. Essa estratégia tinha por objetivo dar tempo aos assentados para resolver algumas tarefas deliberadas no primeiro encontro e para que equipe pudesse sistematizar as informações necessárias para a próxima etapa, que seria o planejamento.

A equipe era formada por um extensionista, um sociólogo, uma economista doméstica, uma veterinária e uma agrônoma. Destaca-se que a formação de uma equipe multidisciplinar foi importante para que o conhecimento de diversas áreas pudesse facilitar o diálogo com os assentados. Para isso, a equipe elaborou um roteiro envolvendo questões de infraestrutura, sistema de produção, mercado, família, meio ambiente e assistência técnica.

É importante destacar que esse trabalho teve um acompanhamento posterior realizado entre os anos de 2002 a 2006 pelo autor desse artigo. Esse acompanhamento teve por objetivo levantar informações que serviram de subsídio para elaboração de uma dissertação de mestrado intitulada “Trajetória de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: o caso do Vereda I”, defendida no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Além disso, os dados serviram de subsídio para elaboração de uma tese de doutorado, intitulada “Retratos de assentamentos: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal”, e que foi defendida em

2007, no Programa de Pós-graduação em Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Em linhas gerais, os dois trabalhos acadêmicos, ora citados, visavam conhecer o cotidiano, a adaptação dos assentados no novo espaço, as formas de sociabilidade e as de produção nos assentamentos da região onde se encontra o assentamento Vereda I. Portanto, esse acompanhamento posterior à realização do Diagnóstico permitiu entender como esses assentados estavam se adaptando no assentamento e como as relações sociais estavam sendo construída.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por objetivo apresentar as técnicas utilizadas no trabalho de campo, bem como a experiência desse planejamento, no qual as demandas levantadas de forma dialógica durante as oficinas de DRP possibilitaram o estabelecimento do diálogo entre o conhecimento científico e o senso comum (saber popular) para criar um conhecimento prático esclarecido.

Os assentados se apropriaram do conhecimento científico, no que diz respeito às técnicas e aos métodos de organização do trabalho em grupo, e compreenderam a necessidade de se organizarem para conseguir superar seus próprios problemas, por meio do diálogo e da sistematização das ideias.

Nesse sentido, a experiência vivenciada no assentamento Vereda I foi importante para provocar, nos técnicos, reflexões necessárias para elaborar um planejamento construído a partir das reais demandas dos assentados. Além disso, essas reflexões possibilitaram que os assentados tivessem dimensão daquilo que seria importante para a nova vida que se iniciava no assentamento. Essas informações, construídas coletivamente, foram entregues ao INCRA no formato de um relatório (PDA), que serviria como norte do trabalho daqueles que viessem prestar serviços ao assentamento.

Técnicas do DRP utilizadas

Para realização do trabalho, foi feito um conjugado de técnicas

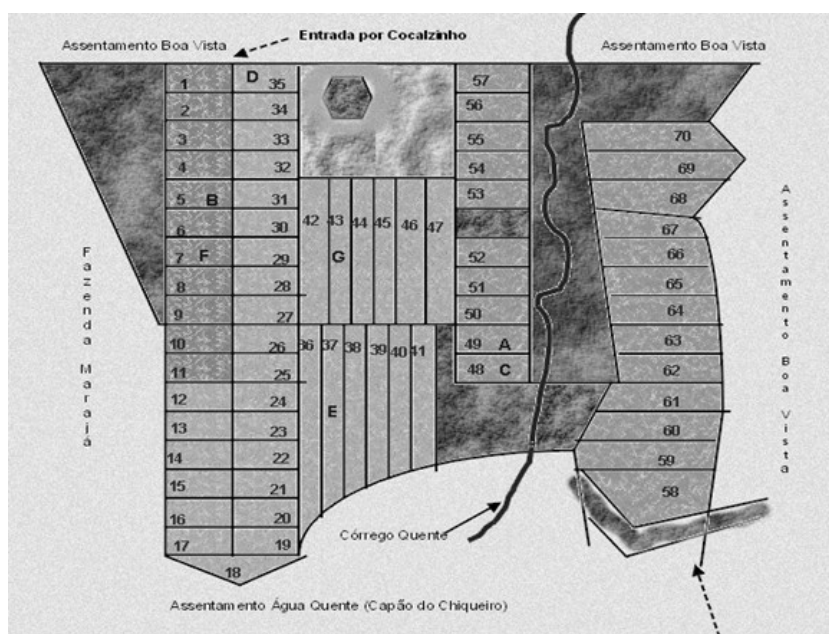
coletivas com técnicas individuais para captar as diferentes percepções e situações da comunidade (PEREIRA, 1998). Portanto, neste trabalho, foram realizadas as seguintes técnicas provocativas para construir o diálogo entre equipe e assentados:

Mapeamento histórico

O mapeamento foi a primeira técnica discutida com as famílias assentadas. Seu objetivo foi entender como se deu o processo de ocupação da área e a formação do assentamento; os critérios para divisão dos lotes; e a forma como ocorrera o sorteio desses lotes. O produto final foi um mapa da área, apontando a divisão do assentamento e a forma como os grupos se dividiam ali.

Na Figura 1, é possível verificar o resultado do trabalho com a divisão espacial do assentamento na percepção dos próprios assentados. Destaca-se que cada número no mapa representaria um lote de 20 hectares e as demais áreas no mapa são alguns pontos de referências, como cursos d'água ou áreas destinadas para reserva legal e/ou permanente.

Figura 1 – Mapa histórico do assentamento Vereda I.



Fonte: O autor (2002).

O mapeamento foi importante para que os técnicos tivessem uma percepção a respeito do meio ambiente local e os assentados de como percebiam esse novo espaço escolhido por eles para viverem.

Para a realização do mapeamento, foram reunidos, principalmente, aqueles assentados que melhor conheciam a área, sendo-lhes solicitado que desenhassem, no chão, como era o mapa do assentamento, com suas divisões e estratificações, conforme apresentado na Figura 1.

Caminhada transversal

Na caminhada, foi possível, juntamente com um grupo de assentados, circular no assentamento; identificar os ecossistemas presentes e realizar um levantamento das possíveis aptidões agrícolas para a área, das nascentes, do desmatamento e de áreas que poderiam ser destinadas para construção coletiva. A caminhada foi um complemento do mapeamento e provocou a reflexão do grupo sobre a importância da preservação ambiental do assentamento.

Entrevista semiestruturada

As entrevistas foram realizadas com representantes das primeiras ocupações da fazenda. Além disso, foram entrevistados outros agentes, assim discriminados: um assentado que fazia o papel de agente de saúde; uma ex-moradora da fazenda originária da área do assentamento; uma professora que cuidava da escolarização das crianças desde a fase de acampamento. Essas entrevistas visaram levantar informações nos âmbitos da saúde, educação e processo histórico da ocupação da área, local onde foi instituído o assentamento.

É importante destacar que levantar informações sobre a fase do acampamento foi importante para entender como o grupo estava planejando ocupar as áreas. Nesse sentido, segundo observações feitas por Alentejano (1997), um dos elementos centrais para entender o uso do espaço nos assentamentos é a contextualização histórica da ocupação das áreas onde foram criados os assentamentos e das suas peculiaridades ambientais. Em sua visão, esses elementos são importantes para entender a dinâmica do uso e a apropriação do espaço.

Rotina diária

Essa técnica consiste em uma espécie de entrevista, feita na forma de um diagrama que ilustra rotinas diárias das pessoas. No assentamento Vereda I, ela foi usada para entender a realização das tarefas, a carga horária de trabalho e as diferenças de atividades entre os homens e as mulheres. Além disso, permitiu explorar questões como alimentação, higiene, educação e saúde da família. Com essa técnica, buscou-se também compreender como era constituída as relações de gênero no assentamento.

A construção do espaço social: maquetes

Para a realização dessas técnicas, os assentados se organizaram em cinco grupos, com aproximadamente 20 pessoas. Cada grupo recebeu materiais encontrados no assentamento, como gravetos, pedras e saibro, dentre outros. O objetivo foi a construção de “maquetes”, com um tempo limitado, nas quais os assentados simbolizaram o espaço social em que vivem e refletiram sobre a possibilidade de utilizar recursos locais para a construção de suas casas, além da projeção de como seria esse assentamento no futuro. Na Figura 2, é possível observar uma das maquetes projetadas pelos assentados.

Figura 2 – Maquete simbolizando o assentamento ideal.



Fonte: O autor (2014).

Essa técnica possibilitou a todos a visualização da organização espacial desejada e como eles planejavam organizar os espaços produtivos e sociais no assentamento. Ao final da dinâmica, os grupos apresentaram seus projetos, demonstraram os problemas e as necessidades que sentiam no espaço produtivo e na socialização entre as famílias, bem como qual assentamento eles gostariam que aquele espaço se tornasse.

Matriz de realidade/desejo

Essa técnica foi estimulada para refletir, junto aos assentados, quais eram os problemas e desejos da comunidade e descobrir como eles poderiam fazer parte do processo de atuação na resolução e alcance de tais problemas.

Nessa técnica, o caráter educativo foi estabelecer um diálogo, no qual os técnicos perguntaram aos assentados sobre a realidade dos principais problemas da comunidade e como poderiam ser a atuação e as possíveis soluções para a resolução desses problemas.

No Quadro 1, é apresentado o que cada coluna da matriz Realidade/ Desejo significa, sendo mostrado, como exemplo, um problema (água) discutido no assentamento Vereda I.

Quadro 1 – Matriz realidade/desejo do assentamento Vereda I: área social

Problemas	Caminho	Desejo
Nesta coluna, foram elencados os principais problemas do assentamento. Para cada problema foi inserida uma linha.	Nesta coluna, foi discutido com o grupo formas para a resolução dos problemas. Que caminho deviam seguir? Quem o grupo precisava procurar?	Nesta coluna, foi projetado como os assentados gostariam que fossem a situação sem o problema ou ele resolvido.
Exemplo: água		
Falta de água para consumo humano, animal e agricultura.	Fazer análise da água das cisternas, nascentes e rio (INCRA/ Universidade).	Ter água, principalmente por meio de poços artesanais suficientes para atender todas as famílias do assentamento.
Qualidade e distribuição.	Ver o custo de poços artesanais. Liberação de créditos junto ao INCRA, para construção desses poços.	

Fonte: Adaptado de Pereira et al. (2001).

Esse foi o momento em que os assentados apresentaram, coletivamente, os principais problemas da área social e de produção. Para cada problema apresentado por eles, foram discutidos, detalhadamente, as suas causas e indicados os respectivos desejos. Em seguida, foram discutidos e apresentados os caminhos possíveis para atingir os desejos, atribuindo responsabilidades para cada instituição e a cada uma das pessoas envolvidas no Plano de Desenvolvimento do Vereda I. O apresentado no Quadro 1 é apenas uma síntese de um ponto (água) dessa discussão.

A eleição de prioridades

Segundo Pereira (1998), essa técnica consiste na apresentação de demandas existentes nas comunidades por parte dos assentados, tendo como objetivo elegê-las em ordem crescente de prioridade.

A eleição no assentamento Vereda I foi feita com os resultados das principais demandas levantadas pelos assentados. Para se chegar a esses dados, utilizou-se a Matriz de Realidade/Desejo descrita anteriormente, pois, a partir dessas demandas levantadas na matriz, os assentados apontaram os seus principais problemas.

Assim, foi realizada a eleição de prioridades, por meio de uma eleição simulada, utilizando-se cartolinas coloridas² cortadas na forma de notas, que, simbolicamente, representavam pontuação para atribuir valores aos votos. Na Tabela 1 é possível observar o resultado da dinâmica.

Tabela 1 – Resultado da eleição de prioridades da área social no assentamento Vereda I.

Área Social	Azul (10)	Branco (5)	Amarelo (1)	Total (valor)
Água	54 (540)	8 (40)	2	582
Casa	10 (100)	35 (175)	7	282
Escola	2 (20)	11 (55)	19	94
Energia elétrica	2 (20)	6 (30)	18	68
Posto de saúde	0	7 (35)	14	49
Estrada	0	5	8	13

Fonte: Pereira et al. (2001).

Esse foi um momento importante, pois permitiu, por meio de um processo educativo, que aquilo que era mais prioritário fosse decidido, democraticamente, durante a dinâmica.

Desejo temporal

Para a realização dessa técnica, os assentados dividiram-se em grupos para discutirem o planejamento da comunidade, dentro de um horizonte temporal de dez, cinco e um ano. Por meio desta técnica, foi possível identificar a visão dos assentados em relação aos seus objetivos no curto, médio e longo prazo e as respectivas limitações para a sua realização. O resultado dessa dinâmica foi a projeção de suas demandas para um período entre um a dez anos, conforme pode ser observado no Quadro 3, alguns exemplos, dessas demandas.

²No caso do assentamento Vereda I foram utilizadas três cores de cartões com pesos diferentes. Para a construção da técnica “Eleição de Prioridades”, foram distribuídos cartões (cartolinas cortadas), representando simbolicamente uma pontuação para atribuir valores aos votos, da seguinte forma: Azul = 10,00; Branco = 5,00; Amarelo = 1,00 (PEREIRA et. al, 2001).

Quadro 3 – Matriz desejo temporal do assentamento Vereda I.

Período	Objetivos	Limitações
Dentro de 1 ano	Poço artesiano, casa e energia;	Faltam informações a respeito da liberação de recursos do INCRA para a prefeitura e o Estado;
Dentro de 5 anos	Fundar cooperativa (industrialização)	Falta informação sobre cooperativismo
Dentro de 10 anos	Pagamento das parcelas	Faltam recursos para o pagamento

Fonte: Pereira et al. (2001).

Diagrama de organização da comunidade (Diagrama de Venn ou jogo das bolas)

O Diagrama de Venn foi elaborado para ajudar os técnicos e assentados a compreenderem como eram constituídas as relações que as instituições formais e informais mantinham com o assentamento. Portanto, foi realizada uma reunião coletiva com a presença de cerca de oitenta assentados.

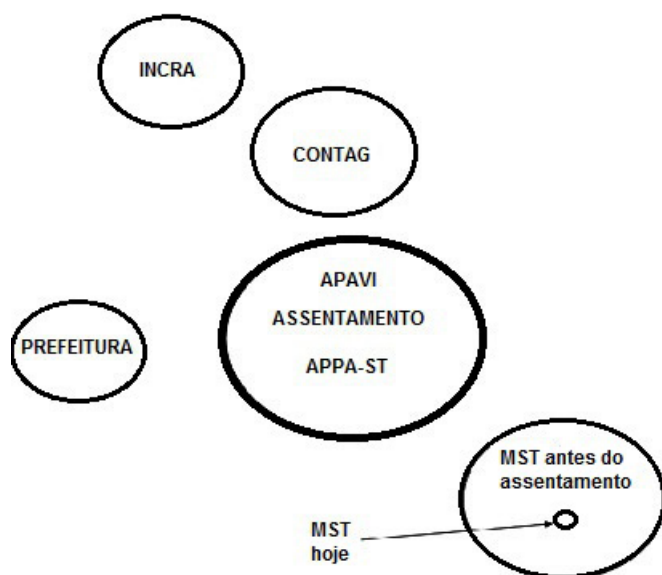
Assim, essa dinâmica serviu, também, para refletir nas oportunidades de melhor comunicação com as entidades envolvidas com o assentamento: INCRA (Instituto Nacional de colonização e reforma

agrária), Grupo de Trabalho de Reforma Agrária da Universidade de Brasília, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal de Padre Bernardo e CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Para chegar a essas instituições, foi solicitado que os assentados listassem todos os grupos ou instituições importantes para o assentamento ou com as quais eles se relacionavam. É importante deixar claro que os técnicos precisavam ficar atentos para não influenciar nas escolhas dos grupos.

Logo em seguida, foi explicado para os assentados que o jogo das bolas tinha duas regras: a) a primeira está relacionada à importância, ou seja, ao tamanho da bola, quanto maior mais importante será a organização; b) a segunda regra está relacionada com a distância da bola em relação a que representa a comunidade, assim, quanto mais perto da bola da comunidade, mais atuante ou mais contato a instituição tem com a comunidade, e, quanto mais distante, pouca atuação ou nenhum contato entre a instituição e a comunidade. Na Figura 3, é possível visualizar o resultado da dinâmica.

Figura 3 – Diagrama de Venn (Jogo das Bolas).



Fonte: Pereira et al. (2001).

Essa dinâmica permitiu que os assentados, assim como os técnicos, entendessem melhor como as relações constituídas entre assentados e entidades, possibilitando, inclusive, o mapeamento de instituições ou grupos que poderiam ser parceiros dos assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, por meio deste trabalho, apresentar algumas reflexões sobre como o uso de metodologias participativas, como o DRP, pode contribuir para discussão do processo de transformação participativo junto às comunidades.

Nesse sentido, anos após a realização dessa experiência do planejamento participativo, um casal de assentados participante da elaboração do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) narrou que a experiência partilhar das oficinas de elaboração tinha sido fundamental para que pudessem entender qual o papel ocupado, não só no assentamento, mas também, na sociedade e seus direitos. Disseram que a experiência também tinha sido importante para promover reflexões e estratégias de organização e de planejamento, visando melhorias para o assentamento e para suas próprias vidas, e que essas reflexões só foram possíveis a partir dessa relação dialógica construída na época de elaboração do PDA.

É importante destacar que a escolha dessa experiência nesse assentamento não ocorreu por acaso, pois, além do diagnóstico participativo e o uso das ferramentas de DRP, ela foi um importante catalisador nas reflexões para elaboração de um planejamento, no qual as famílias pudessem se reconhecer.

No entanto, é preciso reiterar que, para que haja um processo de participação, é importante que a comunidade se sinta envolvida, porque uma das principais características do método é a busca desse envolvimento. Além da comunidade, o envolvimento do poder público local ou de entidades parceiras da comunidade é fundamental para o alcance dos objetivos.

Outra questão a ser observada é o papel fundamental dos agentes mobilizadores ou extensionistas, visto que eles são um dos principais deflagradores desse processo. É importante ressaltar que a postura

desses técnicos tem que estar direcionada aos interesses da comunidade e não aos interesses políticos ou pessoais.

Também, ressalta-se que tudo que for produzido (relatórios, mapas, planos etc.) em conjunto com a comunidade e mobilizadores deve ser discutido e apresentado a todos os envolvidos, pois essa ação se configura como um dos principais momentos de retorno e de reflexão e que qualquer tipo de intervenção em uma comunidade deve levar em conta vários aspectos que lhe são comuns, como localização, história da comunidade, número de famílias, envolvimento dessas pessoas com a comunidade e outros.

Enfim, pelos objetivos traçados neste estudo, pode-se observar que abordagens participativas como o DRP configuram-se como mecanismos educacionais – geradores de conhecimento e promotores de transformações – que, pelo processo dialógico, levam comunidade e participantes a refletirem sobre as reais e as principais intervenções em curto, médio e longo prazo, de forma a construir novas ações e parcerias com as comunidades atendidas para o crescimento e o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: Editora da UFLA, 1999.

ALENTEJANO, P. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. 1997. 188f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BRASIL, Ministério da Agricultura. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 15 jul. 2011.

CAPORAL, F.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. 2006. Disponível em: <agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-LadjaneVers%C3%A3oFinal>

ParaCircular-27-09-06.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

COELHO, F. M. **A arte das orientações técnicas no campo:** concepções e métodos. Viçosa: Editora da UFV, 2005.

DELGADO, N. G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira: reflexões metodológicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 62-76, 2001.

FERNANDES, R. A.; BOTELHO, M. I. A reestruturação da extensão rural: da tecnologia à valorização dos vínculos. In: AMODEU, N.; ALIMONDA, H. (Orgs.). **Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento**. Viçosa-MG: Editora da UFV, 2006.

MORIN, E. **As duas globalizações:** complexidade e comunicação uma pedagogia do presente. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2007.

OLIVEIRA, M. L. R. de O. **Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais:** o caso do Vereda I. 2002, 152f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

PEREIRA, J. R. **Diagnóstico rápido participativo emancipador:** a base para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária. Viçosa-MG: Editora da UFV, 1998.

PEREIRA, J. R. et al. **Plano de desenvolvimento do assentamento Vereda I**. Brasília-DF: UnB/UFV, 2001.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Submetido em 20 de outubro de 2014.

Aprovado em 14 de janeiro de 2015.